

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****CÂMARA MUNICIPAL****ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2017**

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete, reuniu extraordinariamente no gabinete do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, a Câmara Municipal de São Pedro do Sul, sob a presidência do Sr. Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, Presidente da Câmara Municipal e com a presença dos Srs. Vereadores Dr. Daniel David Gomes Martins, Dr.^a Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Dr. José Manuel da Silva Tavares, Dr. Francisco José de Matos e Eng.^o Nuno Filipe Miranda Henriques de Almeida. Faltou à presente reunião o Sr. Vereador Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço, por motivo de doença. -----

ABERTURA

Verificada a existência de quórum foi declarada aberta a presente reunião, quando eram nove horas e trinta minutos, passando a Câmara Municipal a ocupar-se dos seguintes assuntos: -----

DELIBERAÇÃO N.º 515/17 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2018: -----

Foram apresentados os documentos referidos em epígrafe, tendo a Câmara Municipal deliberado, por maioria, com quatro votos a favor (dos Srs. Presidente da Câmara Municipal e Vereadores Dr.^a Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Dr. Francisco José de Matos e Eng.^o Nuno Filipe Miranda Henriques de Almeida) e dois votos contra (dos Senhores Vereadores Dr. Daniel David Gomes Martins e Dr. José Manuel da Silva Tavares), concordar com os mesmos, submetendo-os à necessária aprovação da Assembleia Municipal, os quais ficam a constituir os Anexo II e III da presente ata, depois dos documentos, constituídos respetivamente, as Grandes Opções do Plano e Orçamento por 99 folhas e o Mapa de Pessoal por 11 folhas, terem sido rubricados por todos os membros do executivo, sendo que importam em 18.808.383,00€ (Dezoito milhões, oitocentos e oito mil trezentos e oitenta e três euros) para as Grandes Opções do Plano para 2018 e em 29.233.455,00€ (Vinte e nove milhões duzentos e trinta e três mil quatrocentos e cinquenta e cinco euros) para o Orçamento. -----

Nota: Os Srs. Vereadores Dr. Daniel David Gomes Martins e Dr. José Manuel da Silva Tavares apresentaram declaração de voto com o seguinte teor: “Ponto 1 – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal. As grandes opções do plano (GOP) e o orçamento constituem os documentos de gestão mais importantes para o município, sendo que tal importância é ainda maior quando respeitam ao primeiro ano de um novo ciclo autárquico. Na verdade, é através deste documento que o executivo deve pautar e orientar a sua ação política, devendo ser a partir dele que se definem os principais e prioritários eixos de atuação. Por tudo isto, esperava-se um trabalho definido com clareza e certeza, com prioridades bem definidas, com objectivos e metas claras e inequívocas. No entanto, não é isso que se constata dos documentos elaborados e aprovados pelo executivo liderado pelo Partido Socialista. De facto, as grandes opções do plano para 2018 são uma cópia descarada das grandes opções do plano apresentadas em 2017, 2016 e 2015. Poder-se-ia pensar que tal se deve a uma total e absoluta falta de imaginação e de ideias por parte do executivo liderado pelo Partido Socialista para o

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****CÂMARA MUNICIPAL**

concelho de São Pedro do Sul, o que não deixa de ser verdade. No entanto, do que se trata antes é de uma absoluta e total falta de capacidade do executivo liderado pelo Partido Socialista para executar os objetivos a que se propõe e para cumprir as promessas que faz aos sampedrenses e que constantemente adia. Refere-nos o executivo, para o ano de 2018, o seguinte: “Nos projetos de maior valor, destaque para a continuidade da execução da ETAR Intermunicipal de Valgode e respetivos emissários, a Valorização das Termas Romanas e a finalização do Pavilhão Multiusos de Santa Cruz da Trapa e o início, tão breve quanto possível, do Parque Urbano do Nogueiral, do Parque Empresarial de Pindelo dos Milagres, do Pólo Escolar de Vila Maior, do Percurso pedonal do Vouga, da segunda fase da Ecopista, das obras de requalificação do Edifício dos Passos do Concelho e dos seus Claustros e a requalificação de dezenas de quilómetros da rede viária municipal.” Sucede que, em 2017, ou seja, decorrido um ano, que é o mesmo que dizer, passados 365 dias ou 8.760 horas o executivo dizia-nos o seguinte: “Em face do exposto, e em sede das grandes opções do plano apresentadas, destaca-se a alavancagem de grandes projetos municipais que, com a aprovação de financiamento comunitário, serão finalmente executados: a construção da ETAR e respetivos emissários (obra com uma execução temporal superior a 1 ano), recuperação das Ruínas Romanas, Ecopista, Pavilhão Multiusos de Santa Cruz da Trapa, Parque Urbano da Cidade, redes de saneamento e respetivos sistemas de tratamento em diversas aldeias do concelho, entre outros”. “Aposta na rede de saneamento”. “Na área do emprego a forte aposta no Parque Empresarial de Pindelo dos Milagres será uma realidade após terem sido ultrapassados condicionalismos de várias índoles. A criação de unidades empresariais naquele espaço poderá ser uma realidade em breve”. Voltemos um pouco mais atrás, concretamente às grandes opções do plano definidas por este mesmo executivo no ano de 2016, ou seja, há 730 dias, há 17.520 horas atrás. Neste ano de 2016 dizia o executivo liderado pelo Partido Socialista o seguinte: “Começaríamos por destacar, em sede das Grandes Opções do Plano que apresentamos, o início da construção de uma ETAR de grandes dimensões, que vem solucionar o problema de saneamento em toda a malha urbana do concelho e algumas freguesias limítrofes, sendo que a construção de outras pequenas estações de tratamento em inúmeras aldeias, como forma de melhorar a qualidade de vida nos meios rurais, também se encontram contempladas.”. “A aposta na valorização turística do nosso concelho torna-se evidente com a execução de um conjunto de investimentos e atividades dos quais se destacam: a requalificação do Balneário Romano, a execução da ciclovía, a valorização de toda a zona serrana com destaque para a Serra do S. Macário, entre outros”. “Na área do emprego, pretende-se sinalizar de forma clara e evidente a preocupação e apoio do município no fomento à economia local, com a remodelação do Parque Industrial de Bordonhos, iniciação do projeto do Parque Industrial de Pindelo dos Milagres através da dinamização do Gabinete do Empreendedor e da criação do Gabinete de Apoio ao Agricultor”. Voltemos, no entanto, um pouco ainda mais atrás, concretamente ao ano de 2015 e analisemos as grandes opções do plano que este mesmo executivo apresentava, ou seja, regressemos há 3 anos atrás, ou seja, há 1.095 dias, há 26.280 horas atrás. Dizia então este mesmo executivo o seguinte: “Apresenta-se, como área de intervenção prioritária, a salubridade, mais concretamente a resolução dos problemas de saneamento. Apresenta-se de forma estruturada e planificada, partindo de um projeto abrangente e que leve à construção de uma ETAR de grandes



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

dimensões, com capacidade de solucionar os problemas da rede de saneamento de todo o perímetro urbano e das freguesias limítrofes”. “Destaque, ainda, para uma preocupação com a melhoria das condições dos espaços de lazer e desportivos à disposição dos nossos munícipes, e para a construção de um pavilhão multiusos que visa colmatar uma carência evidenciada pela sobrelotação dos espaços desportivos existentes”. “O Município ficará, em termos orçamentais, dotado e preparado para acorrer a solicitações de índole social, monitorizadas pelos serviços de ação social. Destaque, ainda, para uma preocupação com a melhoria das condições dos espaços de lazer e desportivos à disposição dos nossos munícipes, e para a construção de um pavilhão multiusos que visa colmatar uma carência evidenciada pela sobrelotação dos espaços desportivos existentes”. “Partindo do setor termal como setor âncora, importa criar um conjunto de investimentos que valorizem a oferta de forma transversal a todo o território. São disso exemplos: o arranque do projeto do parque urbano da cidade, circuitos pedonais nas termas, ciclovia, requalificação das margens do Vouga, reconversão de espaços públicos em locais de interesse e a valorização de toda a serra como nova fileira potenciadora de desenvolvimento turístico. Abrir as nossas serras a outras comunidades e a uma nova procura é essencial”. Coloquemos as ditas grandes opções do plano de 2018, 2017, 2016 e 2015 lado a lado para que nos apercebamos da absoluta e total incapacidade do executivo liderado pelo Partido Socialista para cumprir o que quer que seja:

2018	2017	2016	2015
ETAR	ETAR	ETAR	ETAR
Ruínas romanas	Ruínas romanas	Ruínas romanas	
Pavilhão Multiusos de Santa Cruz da Trapa	Pavilhão Multiusos de Santa Cruz da Trapa	Pavilhão Multiusos de Santa Cruz da Trapa	Pavilhão Multiusos de Santa Cruz da Trapa
Parque Urbano da Cidade	Parque Urbano da Cidade	Parque Urbano da Cidade	Parque Urbano da Cidade
Ecopista	Ecopista	Ecopista	Ecopista
Saneamento	Saneamento	Saneamento	Saneamento
Parque Empresarial de Pindelo dos Milagres	Parque Empresarial de Pindelo dos Milagres	Parque Empresarial de Pindelo dos Milagres	

Chegados a este ponto impõe-se a colocação de uma pergunta retórica: é possível constatar as diferenças entre as grandes opções do plano definidas pelo executivo liderado pelo Partido Socialista nos últimos 4 anos? Apesar da falta de novidades, importa referir aqui algumas das pretensas grandes opções do plano para 2018. A primeira é o Parque Empresarial de Pindelo

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****CÂMARA MUNICIPAL**

dos Milagres, aquele em relação ao qual o executivo dizia estar a iniciar, em 2016, em relação ao qual o executivo dizia que seria uma realidade e que a criação de unidades empresariais seria uma realidade em breve, em relação ao qual o executivo diz, agora, para 2018, pretender se inicie tão breve quanto possível. Isto apesar de, durante a campanha, o senhor Presidente da Câmara Municipal ter dito que já era uma realidade! A existência de um parque empresarial que se pretende situar na zona limítrofe do concelho, onde os principais pólos urbanos nem sequer pertencem ao concelho de São Pedro do Sul, mas sim ao concelho de Castro Daire, apenas serviria este último concelho. De facto, os sampedrenses residentes nas freguesias de Figueiredo de Alva, Vila Maior e mesmo Pindelo dos Milagres de pouco se servirão dele. De resto, a localização concreta do Parque Empresarial, situado sobre uma zona rochosa e com declives, nunca servirá, pelo menos sem um enorme dispêndio de dinheiro, para a instalação de um parque empresarial. Por fim, não se compreende como se pode pensar sequer na criação de um novo parque empresarial quando o único existente no concelho está votado ao abandono por este executivo. Na verdade, o parque industrial de Bordonhos, que era referido nas grandes opções do plano de 2016 como sendo para remodelar, e que, nas grandes opções do plano de 2015 tinha reservada uma verba de 250.000,00 € para requalificação, pura e simplesmente desapareceu nas grandes opções do plano de 2017 e 2018. Ou seja, ao invés de consolidar o parque existente e conferir melhores condições às empresas que aí se encontram instaladas e que aí mantêm dezenas de postos de trabalho, este executivo prefere criar um pretenso novo parque empresarial na zona mais afastada dos principais pólos urbanos do concelho. Não é este o desenvolvimento empresarial que se preconiza para o concelho de São Pedro do Sul e não é esta a forma de atrair empresas para o concelho e de aqui criar e manter postos de trabalho. Não será desta forma que se vai inverter o facto do concelho de São Pedro do Sul ser, dos concelhos de Lafões, o que tem menores ganhos salariais mensais médios, tendo apenas 723,51 € contra 792,32 € de Vouzela e 1.109,98 € de Oliveira de Frades. Não será desta forma que São Pedro do Sul deixará de ser, dos três concelhos supra referidos, o que apresenta uma taxa mais elevada de desemprego. A segunda pretensa grande opção do plano que cumpre destacar é a construção do pólo escolar de Vila Maior, cujo concurso público foi, de resto, já lançado, tendo sido publicado no dia 13 de dezembro de 2017, conforme se pode constatar pelo link seguinte: <http://www.base.gov.pt/Base/pt/Pesquisa/Anuncio?a=98499>. Consta deste anúncio que o que está em causa é a construção de um centro escolar do nordeste do concelho. Ora, a inscrição da construção deste centro escolar como uma grande opção do plano não deixa de ser curiosa, na medida em que é, ela própria, violadora da carta educativa do concelho de São Pedro do Sul, cuja primeira revisão ocorreu em 2016, ou seja, já foi efetuada por este executivo camarário e que pode ser acedida no link seguinte: http://www.cm-spsul.pt/images/files/educacao/carta_educativa_1revisao.pdf. Importa aqui recordar que a carta educativa é, nos termos do disposto no art.º 10.º do Decreto-Lei 7/2003, de 15 de janeiro, “a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no Concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio - económico de cada município.” Ora, este documento tão importante reconhece que “o “frágil” momento económico nacional e as alterações sócio-demográficas no Concelho (que adiante se

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****CÂMARA MUNICIPAL**

apresentam – ponto 3) indicam clara necessidade de (re)avaliar as outras propostas de (re)ordenamento anteriormente desenhadas, nomeadamente estas que não se concretizaram: Construção de uma EB1 na zona NE do Concelho, que acolherá os alunos das freguesias de Pinho, Vila Maior, Figueiredo de Alva; Pindelo dos Milagres e São Félix encerrando todas as escolas do 1ºCEB destas freguesias”. Um pouco mais à frente neste documento, refere-se que, “inicialmente perspectivava-se um Centro Escolar na zona NE do Concelho com resposta aos cinco aglomerados, acima referidos, no qual se destacava pela sua centralidade, população e dinamismo económico a freguesia de Vila Maior”. No entanto, continua a carta educativa, “uma análise cuidada dos dados dos Censos 2011 (população geral e especificamente à população escolar); às taxas de ocupação das escolas desses mesmos aglomerados, ou seja, ao número de alunos nas escolas destas freguesias¹¹ (quase todas “escolas de acolhimento” de outras escolas do 1º CEB anteriormente encerradas) obriga, agora, a uma reflexão mais cuidada, atendendo não só a este critério mas a outros como são a especificidade destes lugares e as condições físicas destas escolas”. Depois de se verificar a diminuição da população no concelho, o seu envelhecimento, seja na base, por força do menor número de população jovem, seja no topo, pelo aumento da população idosa e a redução de alunos, é proposto na carta educativa o “(re)ordenamento da rede escolar, a curto prazo (5 anos): Recuperação da EB1 de Vila Maior, Recuperação do Jardim e Escola do 1º CEB de Figueiredo de Alva e Recuperação do Jardim e Escola do 1º CEB de Oliveira/Sul”. Ou seja, resulta do exposto que, pese embora se tivesse delineado na primeira versão da carta educativa a construção de um centro escolar, se concluiu depois, em 2016, que melhor seria recuperar a EB1 de Vila Maior e recuperar o Jardim e Escola do 1º CEB de Figueiredo de Alva. Sabendo-se, como se sabe, que entre a data da revisão da carta educativa do concelho de São Pedro do Sul (2016) e a presente data não ocorreu nenhum aumento de população, assim como nenhum aumento de alunos, não se vislumbram motivos objectivos que sustentem a violação da carta educativa, que fica assim consumada com a construção do centro escolar em Vila Maior. A única justificação possível para a violação da carta educativa apenas poderá ser encontrada em motivos subjetivos do executivo sampedrense, porventura no facto dos senhores presidente e vice-presidente da Câmara Municipal serem originários da freguesia onde será criado o centro escolar em causa: Vila Maior. Como quer que seja, tal violação estava já anunciada no programa eleitoral apresentado pelo Partido Socialista, que continha no eixo “educação e cultura” como medida a “construção de um novo pólo escolar na zona nordeste do concelho”. Em suma, não é apresentada pelo executivo camarário nenhuma estratégia que consiga inverter a tendência que se tem verificado no concelho de São Pedro do Sul. Não é apresentada nenhuma estratégia concreta para o turismo nem para o termalismo, os pólos de desenvolvimento principal do concelho, verificando-se que está inscrita uma verba de pouco mais de 300.000,00 € para este fim. O turismo da serra volta a ficar esquecido como opção estratégica. O desenvolvimento industrial, potencial criador dos postos de trabalho de que o concelho tanto necessita, fica totalmente concentrado no parque empresarial de Pindelo dos Milagres, nada mais sendo referido a este propósito, sequer a requalificação do Parque Industrial de Bordonhos, que assim ficará votado ao abandono mais uma vez. Elucidativo da falta de perceção da realidade concelhia a este propósito é o facto do executivo prever apenas 6,49% das dotações das grandes opções do plano para o programa, a que corresponde pouco

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****CÂMARA MUNICIPAL**

mais de 1.000.000,00 €. A inversão de prioridades demonstrada pelo executivo ressalta à vista quando se verifica que verba destinada ao desenvolvimento cultural e desportivo é superior, pois que se prevê para este objetivo 8,72% das dotações das grandes opções do plano para o programa, a que correspondem mais de 350.000,00 €. Por fim, num concelho que tem ainda tantas falhas e necessidades de apoio social, com tantas situações sinalizadas como de pobreza, verifica-se que as dotações das grandes opções do plano para o programa coesão social e cidadania são de apenas 1,16%, a que correspondem pouco mais de 180.000,00 €.

No que respeita ao orçamento, o executivo transformou o município numa máquina geradora de despesa, em que as despesas correntes, correspondentes, grosso modo, ao funcionamento do município, representam mais de 45%. Dentro destas, os custos com pessoal apresentam um valor de quase 7.000.000,00 €, correspondente a mais de 23,00%, tendo-se mesmo verificado um aumento desta rubrica em 3,6% face ao ano anterior. Salienta-se, aliás, que, em termos de evolução, as despesas com pessoal deste executivo tiveram o seu valor mais baixo em 2016, tendo ficado abaixo dos 6.500.000,00 €, para depois subirem em 2017 para mais de 6.600.000,00 € e, agora em 2018, para mais de 6.800.000,00 €. A estas subidas com as despesas de pessoal não será alheio o facto de 2017 ter sido o ano em que decorreram eleições autárquicas e a sempre apetecível estratégia de aumentar os quadros de pessoal. Igualmente preocupante é o valor relativo às transferências correntes, que vêm o seu valor global aumentar 39% face a 2017, devido, essencialmente, à necessidade de cobrir os prejuízos da Termalístur, E.M., no seu último exercício económico. Importa, no entanto, salientar que as transferências correntes do município para a Termalístur, E.M., representam, quando vistas isoladamente, um aumento de 1.500,00%, sendo os valores que a seguir se colocam demonstrativos da gestão imprudente e geradora de enormes prejuízos para a empresa municipal, diretamente, e para o município, indiretamente:

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES PARA A TERMALISTUR, E.M.		
2016	2017	2018
30.000,00 €	25.000,00 €	400.000,00 €

Quanto à receita, regista-se o enorme empolamento destas face às do orçamento transato, recordando, porém, que tem sido hábito deste executivo ficar-se muito aquém da sua total execução. No ano de 2016 a execução da receita ficou-se pelos 85,23% e para 2017 não se espera um cenário muito diferente. A título meramente exemplificativo, refira-se a verba inscrita nos rendimentos de propriedade referente à atividade termal, estimada em 2.660.841,00 €, que, como se sabe, nunca será atingida. Por todos estes motivos, vota-se contra este ponto.” Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que tudo seria bonito se a Câmara Municipal não tivesse recebido 26 milhões de euros de dívida e se, neste momento, ainda não tivesse uma dívida de 18 milhões, dizendo que gerir dívida é muito mais difícil do que ter as contas equilibradas. Referiu que há clareza e certeza praticamente em tudo, à exceção das obras de saneamento, dado que estão a decorrer candidaturas para inúmeros projetos de saneamento (para Vila Maior, Carvalhais, Pouves, Baiões, Arcozelo, Negrelos, São Félix, Figueiredo de Alva, Gralheira, Sul, Rio de Mel, Manhouce, Freixo

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****CÂMARA MUNICIPAL**

Valadares, Comenda, Pedregal, etc.) e que não se sabe ainda se vão ser aprovadas. Referiu ainda não existir qualquer cópia de planos de anos anteriores e que, neste momento, existem vários projetos novos: os passadiços de Manhouce, a recuperação das margens do rio, o investimento em maquinaria pesada que há muitos anos que era necessário, o recinto da feira de Santa Cruz da Trapa, a execução de diversas pavimentações, nomeadamente para Mosteirinho e Pinho, de dezenas de projetos de saneamento, de forma que não se revê naquilo que foi referido. No que diz respeito à ETAR, disse ser uma obra que está em andamento, assim como as Ruínas Romanas, que vêm de anos anteriores e que não se fazem apenas num ano; o Parque Urbano da cidade é um projeto que se iniciou com a aquisição e expropriação de terrenos, e neste momento está a decorrer o concurso público; o Pólo Escolar de Vila Maior já foi lançado concurso público e é uma obra que está a decorrer; a 2.ª fase da Ecopista, cuja candidatura foi apresentada e vai ser executada pela CIM, mas que envolve as Câmaras de Viseu, Vouzela, São Pedro e Oliveira de Frades e será uma obra para avançar a curto prazo; o edifício da Câmara, é uma candidatura que foi aprovada e que neste momento está na fase de execução; o pavilhão de Santa Cruz da Trapa é uma obra de grande envergadura, das melhores obras executadas no Município nos últimos anos e que está numa fase final, devendo ser inaugurada em fevereiro do próximo ano. Disse também que a Câmara Municipal tem neste momento inúmeras candidaturas que foram aprovadas e que estão em execução, como a rede de saneamento de Bordonhos, a rede de águas e saneamento para Serrazes e a rede de águas e saneamento para Figueiredo de Alva e Fermontelos; irá ser lançado brevemente o concurso da 1ª fase da obra relativa ao Parque Empresarial de Pindelo dos Milagres; irão ser investidos meio milhão de euros em campos relvados. Sobre a questão do Parque Empresarial ser um pouco mais longe, disse que fez parte do manifesto eleitoral do executivo, foi isso que foi sufragado e foi isso que as pessoas quiseram. Relativamente ao Pólo Escolar de Vila Maior, referiu que não teve nenhuma influência nem nenhuma intervenção sobre a sua localização, tendo sido uma decisão unânime dos Presidentes de Junta aquando de reunião tida com a Senhora Vereadora. Disse também que o turismo de serra nunca foi tão previsto como neste orçamento: estão previstos neste Plano de Atividades os passadiços de Manhouce; a Câmara Municipal está a trabalhar conjuntamente com a Junta de Freguesia de Sul no sentido de requalificar toda a zona serrana (Serra do São Macário), assim como com a Junta de Freguesia de Manhouce. Referiu também que em 2018, não sendo ano de eleições autárquicas, vão aumentar a despesa com o pessoal, recordando que quando este executivo entrou em funções haviam 429 funcionários e atualmente são 380. Disse ainda que em 2016 não atingiram 100% de execução do orçamento e provavelmente em 2018 também não irão atingir; que o presente orçamento tem perto de 30 milhões de euros, teve um aumento de cerca de 30% em relação ao do ano passado, daí a razão de estar inflacionado, uma vez que têm a hipótese de neste ano fazer inúmeras candidaturas para saneamento, não sabendo, neste momento, se esses projetos vão ser aprovados ou não, mas se não forem incluídos no Orçamento, não poderão ser executados. Interveio de seguida a Sr.ª Vereadora Dr.ª Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, referindo que a Carta Educativa não estava a ser violada e que o Centro Escolar do Nordeste já estava previsto na anterior Carta Educativa, que passou a designar-se Pólo Escolar de Vila Maior na atual Carta Educativa. Explicou que vai ser recuperada a escola de Vila Maior, vai haver uma melhoria no conforto e das zonas

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****CÂMARA MUNICIPAL**

pedagógicas e lúdicas (cantina, biblioteca, sala de professores, casa de banho mais confortáveis, etc.) e que têm vindo a ser melhoradas as condições das escolas de Figueiredo de Alva e Sul, uma vez que não houve parecer positivo do Ministério da Educação para recuperar as três escolas do Nordeste previstas na Carta Educativa, pelo que se tiveram que adaptar às suas imposições. Informou ainda que a Carta Educativa é feita em parceria com as diversas instituições do concelho em sede das reuniões do Conselho Municipal de Educação, não estando cingida às opções do executivo. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: Nesta altura, quando eram dez horas e quinze minutos, nada mais havendo a tratar, deu-se a presente reunião por encerrada, dela para tudo constar, se lavrando a presente ata que vai ser assinada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, pela Chefe da Divisão Administrativa, Dr.^a Ana Teresa Soares de Melo Camarate de Campos Seia de Matos e por mim, Teresa Maria Ferreira de Almeida, Assistente Técnica da Secção de Expediente Geral. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA,

A ASSISTENTE TÉCNICA DA SECÇÃO DE EXPEDIENTE GERAL,